



Coordenação e subordinação na obra de Said Ali: tradição e modernidade

Coordination and subordination in the work of Said
Ali: tradition and modernity

José Carlos de Azeredo*
UERJ

Resumo: *É notável o interesse atual dos linguistas brasileiros pela história do pensamento gramatical entre nós. Uma das linhas dessa moderna reflexão se concentra nos indicadores de autonomia do autor brasileiro em face da herança colonial. Já consensual entre os pesquisadores dessa história – que em geral acompanham a proposta de Antenor Nascentes (1935) –, o marco inicial dessa fase de autonomia é a publicação da Gramática Portuguesa, de Júlio Ribeiro, em 1881. Na opinião de vários linguistas contemporâneos, o mencionado movimento de autonomia prometia uma expansão de reflexões que acabou sustada pelo advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em 1959. De certa forma, foi também no caldo dessa tese que ganhou tempero o referido interesse pelo aprofundamento da formação do pensamento gramatical brasileiro. Comprovada ou não, ela já deu um auspicioso fruto: a motivação para a descoberta, pelas novas gerações de estudiosos da língua, do legado de pensadores do vulto de Manuel Said Ali, antecipador de conceitos reconhecidos como pedras-de-toque de teorias modernas sobre a enunciação e a significação.*

Palavras-chave: *Historiografia gramatical, Said Ali, Processos sintáticos, Conjunções coordenativas.*

Abstract: *The current interest of Brazilian linguists in the history of grammatical thought among us is remarkable. One of the lines of this modern reflection focuses on the indicators of the Brazilian author's autonomy in the face of colonial heritage. Already consensual among researchers of this history - who generally follow the proposal of Antenor Nascentes (1935) -, the starting point of this phase of autonomy is the publication of the Grammatica Portugueza, by Julio Ribeiro, in 1881. In the opinion of several contemporary linguists, the aforementioned autonomy movement promised an expansion of reflections that ended up being stopped by the advent of the Brazilian Grammatical Nomenclature, in 1959. In a way, it was also in the broth of this thesis that the aforementioned interest in deepening the formation of Brazilian grammatical thought gained flavor. Whether proven or not, it has already borne an auspicious fruit: the motivation for the discovery, by new generations of language scholars, of the legacy of thinkers such as Manuel Said Ali, an anticipator of concepts recognized as touchstones of modern theories about enunciation and meaning.*

Keywords: *Grammatical historiography, Said Ali, Syntactic processes, Coordinating conjunctions.*

Meu primeiro contato com a obra de Said Ali se deu em 1965, quando cursava o terceiro ano clássico no Liceu Nilo Peçanha, de Niterói, e me preparava para o vestibular em Letras. O colégio era equipado com uma boa biblioteca. Lembro-me de aí de ter consultado algumas vezes, por indicação do professor, as Lições de Português, de Sousa da Silveira – referência que mantenho ativa em minhas aulas –, mas o que ganhou uma posição singular na minha lembrança daquele tempo foi a impressão causada pela leitura das primeiras páginas do longo ensaio intitulado “Expressões de situação”, constante de outra obra: Meios de expressão e alterações semânticas, de Manuel Said Ali. Para alguém que tinha um conhecimento descritivo da língua moldado apenas pelos ensinamentos de gramáticas escolares convencionais, o impacto era inevitável.

No ano seguinte (1966), já frequentando o curso de Letras na UFRJ, pude dispor, domesticamente, de um exemplar da sexta edição das

Dificuldades da Língua Portuguesa, publicada nesse ano pela Livraria Acadêmica, com texto estabelecido por Maximiano de Carvalho e Silva. A surpresa só não foi maior porque, àquela altura, eu já tinha cursado a disciplina de Introdução à linguística ministrada por Joaquim Mattoso Câmara Jr. e tomado conhecimento de um novo modo de entender a natureza e o papel da linguagem humana. O trecho abaixo, transcrito do primeiro capítulo dos *Princípios* de linguística geral, de sua autoria, resumia, para mim, esse novo olhar:

[...] a linguagem está indissolavelmente associada com a atividade mental humana [...]. A filosofia moderna é unânime em reconhecer que não se trata de um recurso para expressar pensamentos, emoções e volições. É, muito mais que isso, o meio essencial para se chegar a esses estados mentais. [...] A compreensão do mundo exterior e interior resume-se numa construção e representação desse mundo dentro do nosso espírito, através de um trabalho mental que depende da linguagem como a marcha animal depende das pernas. (CÂMARA JR., 1977, p. 22)

Anos depois eu encontraria em uma obra de John Searle ponderações sobre as interfaces da linguística e da filosofia que me religavam com a passagem supracitada dos *Princípios*:

Até bem pouco tempo atrás, parecia possível traçar uma linha divisória, ainda que tênue, entre a linguística e a filosofia da linguagem: a linguística lidava com os fatos empíricos das línguas humanas naturais; a filosofia da linguagem, com as verdades conceituais subjacentes a qualquer língua ou sistema de comunicação possível. No quadro dessa distinção, o estudo dos atos de fala parecia situar-se claramente no campo da filosofia da linguagem e, até poucos anos atrás, a maior parte das pesquisas sobre atos de fala foi realizada por filósofos, e não por linguistas. Ultimamente, porém, tudo isso mudou. (...) A colaboração entre linguistas e

filósofos é especialmente frutífera quando se estuda o que considero ser uma das questões mais interessantes no âmbito do estudo da linguagem: como estrutura e função interagem? Ela envolve questões como, por exemplo: que relação existe entre as formas sintáticas pelas quais elas se realizam nas várias línguas naturais humanas? (SEARLE, 1995, p. 291-292)

O que essa observação tem a ver com a obra de Manuel Said Ali? A resposta está em muitos dos seus textos, especialmente nos ensaios que compõem o já mencionado *Meios de expressão e alterações semânticas*, em que se lê, por exemplo, a seguinte ponderação:

Uma coisa é dirigirmo-nos à coletividade, a pessoas desconhecidas, de condições diversas, e que nos ouvem caladas; outra coisa é tratar com alguém de perto, falar e ouvir, e ajeitar a cada momento a linguagem em atenção a essa pessoa que está diante de nós, para que fique sempre bem impressionada com as nossas palavras. (SAID ALI, 1951, p. 49).

A abordagem da língua em Said Ali antecipa vários conceitos que em geral associamos a teorias modernas, como *dado e novo*, *pressuposição*, *implicatura*, *atos de fala*, *efeito de sentido*, *indeterminação estrutural* ou *instabilidade categorial*, entre outros.

A obra de Said Ali na avaliação de seus pares

A formação do pensamento gramatical brasileiro, tal como ele se apresentava nas décadas finais do século XIX e início do século XX, mereceu uma primeira síntese escrita pelo professor sergipano Maximino Maciel, em um apêndice à edição de 1910 de sua *Grammatica Descritiva*. Sob o título ‘Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa’, esse apêndice caracterizava a produção gramatical do período como um esforço conjunto de filólogos e gramáticos no sentido de oferecer os meios bibliográficos de dar

cumprimento ao Programa para os Exames Preparatórios, formalizado em 1887 (RIBEIRO, 1887).

As obras a que se referia M. Maciel se destacavam por dois aspectos: o alinhamento com as novas teorias linguísticas que vinham sendo elaboradas nos meios acadêmicos europeus, principalmente, e a afirmação da autonomia do pensamento gramatical brasileiro em face da matriz lusitana. Maciel não teve dúvida em incluir nesse rol, apesar de não se tratar de uma gramática, as *Dificuldades da língua portuguesa*, surgidas em 1908, como obra que encarnava o espírito do novo tempo, uma vez que nela estavam compilados “excelentes artigos em que (o autor) deslinda fatos controversos, com opinião pessoal” (MACIEL, 1910 [1894], p. 446).

Duas décadas e meia depois, no clássico “esboço histórico” intitulado *A filologia portuguesa no Brasil* (Estudos filológicos, publicação da ABL, 2003), Antenor Nascentes foi ainda mais enfático:

Em 1908, aparece um dos mais notáveis trabalhos filológicos jamais publicados no Brasil: *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Manuel Said Ali. Trabalho de fôlego, original de ponta a ponta, constitui uma série de estudos que resolve de modo cabal muitas questões que andavam em discussão: a do infinitivo pessoal, a do se sujeito, a dos nomes geográficos, etc. (NASCENTES, 2003 [1939], p. 199).

Algum tempo depois, em 1961, foi a vez de Joaquim Mattoso Câmara Jr. referir-se às *Dificuldades da língua portuguesa* como “uma coletânea de estimulantes artigos sobre questões de doutrina gramatical” (CÂMARA JR., 2004, p. 224).

A maior parte da obra de Said Ali se destinava, como se sabe, ao público especializado, em particular o público universitário. No entanto, o conjunto dela é atravessado pela preocupação em pôr as convicções teóricas e o produto da pesquisa a serviço da renovação da análise da língua para fins pedagógicos. Percorre muitas de suas reflexões um tom descontraído com que o pesquisador erudito, na pele e na voz do educador, leva o leitor a sentir que o assunto abordado lhe diz respeito, faz parte de sua condição de ser social integrado no cotidiano, como nesta passagem das *Investigações Filológicas* (1975,

p. 76), em que comenta a diferença de efeitos entre ‘olhar’ e ‘olhar para’:

O entendedor de arte olha uma estátua grega por todos os lados; o leigo olha para ela, quiçá com um pouco de snobismo, e passa adiante. (SAID ALI, 1975, p. 76)

E acrescenta:

Olhar alguma coisa (verbo transitivo) denota, como acima indicamos, juntamente com o conceito de aplicar a vista, o de prestar atenção. Esta componente transluz com intensidade ora maior, ora menor, podendo chegar ao ponto de apagar o sentido originário do verbo. O familiar olha (olhe) anteposto (ou interposto) a todo o momento a conselhos, admoestações e informações, nada mais quer dizer senão “presta (preste) bem atenção ao que eu digo”. Até entra, nas conversações por telefone através do qual, pelo menos até agora, nada se enxerga (ibid., loc. cit.)

Conjunções coordenativas nos primórdios do pensamento gramatical brasileiro

Para mostrar o que, a meu juízo, é um fato singular na contribuição de Said Ali para a análise dos processos de coordenação e de subordinação, vou fazer um breve percurso pelas páginas de outras obras dessa mesma fase. Meu foco é o elenco das relações de sentido expressas pelos conectivos de coordenação, segundo alguns autores mais destacados. São eles: Júlio Ribeiro (1881/1885), Maximino Maciel (1894/1910), João Ribeiro (1887/1909) e a dupla Silva Junior e Lameira de Andrade (1887/1913). Na sequência, também mencionarei Mário Pereira de Souza Lima (1937) e, dando conta da novidade acolhida pela NGB (1959), menciono a posição de Rocha Lima (1957/1962).

É consenso entre pesquisadores da formação do pensamento gramatical brasileiro que a publicação, em 1881, da *Grammatica*

Portuguesa, de Julio Ribeiro, dá início ao que se convencionou chamar o *Período Científico* dessa produção (ELIA, 1975). De acordo com JR, distinguem-se seis valores semânticos para os conectivos de coordenação. Transcrevo: “A conjunção coordenativa é: 1) copulativa – *e, também, nem*; 2) continuativa – *pois, ora, outrossim*; 3) explicativa – *como*; 4) disjuntiva – *ou, quer*; 5) adversativa – *mas, porém, todavia*; 6) conclusiva – *logo, pois*.” (p. 79). J. Ribeiro não apresenta exemplos. Fica alguma dúvida sobre o perfil das ‘continuativas’, designação muito genérica, haja vista a aparente heterogeneidade dos itens incluídos nesse subgrupo: *pois, ora, outrossim*.

O grupo estabelecido por Silva Junior e Andrade (1887, p. 164) reúne sete espécies de conjunções: copulativas (*e, também*), disjuntivas (*ou, quer*), continuativas (*pois, ora, outrossim*), adversativas (*mas, porém, todavia*), explicativas (*como, assim como*), conclusivas (*logo, portanto, por consequência*) e comparativas (*mais-que, tão-como*). O assunto é retomado na p. 520, em um conjunto limitado às “mais usadas”:

As conjunções mais usadas na coordenação são: a completiva [erro de edição, pois se trata de ‘copulativa’] e, a adversativa *mas*, a disjuntiva *ou*, e a conclusiva *logo*. (...) As coordenadas dividem-se, pois, quanto à natureza dos seus conectivos, em copulativas, adversativas, disjuntivas, conclusivas. (SILVA JUNIOR; ANDRADE, 1887, p. 520)

O leitor de hoje logo identifica a equivalência entre copulativas e disjuntivas com aditivas e alternativas. Não há exemplos, mas está claro que o termo ‘explicativas’ não se refere às conjunções coordenativas explicativas da análise atual. Vale lembrar a observação feita acima a propósito da classe das ‘continuativas’.

João Ribeiro (1887), por sua vez, considerava que “São conjunções ordinariamente usadas na coordenação as seguintes: a copulativa *e*: Deus criou o homem *e* criou o mundo; a adversativa *mas*: Ele estuda, *mas* não aprende; a disjuntiva *ou*: Venha *ou* mande; a conclusiva *logo*: Penso, *logo* existo.” (p. 268). Esse é o mesmo conjunto das “mais usadas” de Silva Junior e Andrade.

É a seguinte a lição de Maximimo Maciel (1910 [1894]):

As proposições coordenadas exprimem pensamentos independentes, relacionados apenas pelo sentido ou por conjunção coordenativa. (...). Assim, as coordenadas se classificam: (...) segundo a natureza, em: a) aproximadas (...), ex.: “Eu era vestida de riquíssimas galas; (e) alva c’roa de rosas me toucava” (Almeida Garrett); b) alternadas (...), ex.: “Os monarcas indultam ou toleram facilmente a república americana” (Latino Coelho); c) adversativas (...), ex.: “Às torturas da dor resiste a vida / Da linda Branca, mas razão lhe foge” (Almeida Garrett); d) Ilativas (...), ex.: “Jesus Cristo nasceu do Espírito Santo, logo era espírito” (Bittencourt Sampaio). (MACIEL, 1910 [1894]), p. 328).

Os termos ‘aproximadas’ e ‘ilativas’ correspondem, obviamente, às copulativas/aditivas e conclusivas.

Mário Pereira de S. Lima (1937) adota o conjunto de quatro espécies comum às propostas precedentes:

As coordenativas subdividem-se em: 1.) copulativas, que exprimem simples aproximação de termos ou proposições: e, nem (= e não), também, outrossim, que (= e): ‘O país tem o direito de ouvi-los, e eles o de falar livremente ao país.’ (Rui Barbosa); ‘Ainda não temos pontífice, nem se espera tão cedo.’ (Vieira); 2.) disjuntivas, que exprimem aproximação de termos ou proposições, consideradas cada uma à parte: ou, quer ... quer, já ... já, ora ... ora, quando ... quando: ‘Como fada de meigos encantos, / Não habita um palácio encantado, / Quer em meio de matas sombrias, / Quer à beira do mar levantado’ (Gonçalves Dias); 3.) adversativas, que exprimem aproximação de termos ou proposições que se opõem a certos respeitos ou se restringem: mas, contudo, entretanto, todavia, senão (= mas): ‘Dai-me uma tuba grande e sonora, / E não de agreste avena ou fruta ruda, / Mas de tuba canora e belicosa / Que o peito acende e a cor ao gesto

muda' (Camões); 'A intenção reta do príncipe não é esta, senão que cada um diga livremente o que entende.' (Vieira); conclusivas, que aproximam proposições, mostrando como a ideia de uma delas é conclusão da ideia da outra: logo, pois (posposta à primeira ou às seguintes palavras da proposição), portanto: 'Era, pois, numa destas noites como a que desceu do céu depois do desbarato dos hunos.' (Herculano); 'Este desenvolvimento não tem, portanto, paralelo...' (Rui Barbosa). (LIMA, 1937, p. 219-221)

A primeira edição da *Gramática Normativa* de Rocha Lima data de 1957, dois anos antes de entrar em vigor a *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB). As edições posteriores a 1959 – os dados que aqui reproduzo provêm da 8ª edição (1962) – foram, no geral, adaptadas à nomenclatura oficial (NGB). No caso específico do assunto que estou comentando, essa adaptação é integral:

As conjunções coordenativas se distribuem por cinco classes. I) Aditivas – relacionam pensamentos similares. São duas: *e* e *nem*. A primeira é afirmativa; e a segunda, negativa, equivale a e não. Exemplo: O médico não veio, *nem* (= *e não*) telefonou. II) Adversativas – relacionam elementos contrastantes. A conjunção adversativa por excelência é *mas*. Há outras palavras com força adversativa, tais como: *porém*, *todavia*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto*, que acentuam, não propriamente um contraste, mas uma espécie de concessão atenuada. Exemplo: Ele falou bem; *todavia*, não foi como eu esperava. III) Alternativas – relacionam elementos que se excluem. O tipo é *ou*, que pode repetir-se, ou não, antes de todos os elementos coordenados. Além dela, indicam alternância: *ora... ora*; *quer... quer*; *já... já*; *seja... seja*; etc. IV) Conclusivas – relacionam elementos tais, que o segundo encerra a conclusão do enunciado no primeiro. São: *logo*, *pois*, *portanto*, *consequentemente*, *por conseguinte*, *então*, *assim*, etc. Exemplos: (...);

Queres enriquecer; deves, *por conseguinte*, economizar. V) Explicativas – relacionam elementos em sequência justificativa, de tal forma que a segunda explica a razão de ser da primeira. São *que, pois, porque, porquanto*. Exemplo: Espere um pouco, *porque* ele não demora. (LIMA, 1962, p. 170- 171)

Subordinação, coordenação e a semântica dos conectivos

Um aspecto que é comumente realçado na abordagem da conexão entre duas orações é que se pode combiná-las mediante processos distintos para comunicar a mesma informação, como mostra o seguinte par de exemplos:

- 1a) *O lutador era franzino, mas superou seus adversários.*
- 1b) *Embora fosse franzino, o lutador superou seus adversários.*

Em 1a, o conectivo ‘mas’ une duas orações coordenadas; em 1b, o conectivo ‘embora’ introduz uma oração subordinada à que se segue. Podemos dizer que esse par de exemplos tipifica com clareza a diferença entre coordenação e subordinação: o ‘mas’ vem posicionado obrigatoriamente entre as orações; o ‘embora’ está acoplado à oração por ele introduzida, acompanhando-a quando ela se desloca (cf. *O lutador superou seus adversários embora fosse franzino*). Em contrapartida, é impossível a construção * *Mas superou seus adversários, o lutador era franzino*.

A lição que nos passam os manuais didáticos em geral – não há aqui um comentário crítico, mas tão-só um registro – é que os conectivos de coordenação são reconhecidos pelo que significam e pelo fato de ligarem unidades sintaticamente independentes entre si. A sensibilidade pedagógica que levou Said Ali a escrever obras para o público juvenil não o impediu de alertar para as situações em que as diferenças entre classes e processos nem sempre eram claras. Ele tinha esse fato em mente quando escreveu:

A linha de demarcação entre as coordenativas e as subordinativas adverbiais não é bastante clara. Nenhuma dúvida há sobre as espécies copulativa,

adversativa e disjuntiva, que pertencem ao primeiro grupo; porém entre as partículas causais figura porque ora como coordenativa, ora como subordinativa, enquanto visto que, já que, como são sempre da segunda classe. (SAID ALI, 1964, p. 220).

Em uma outra passagem da Gramática Histórica, comentando um trecho de Alexandre Herculano (“Entrei; ninguém reparou em mim: todos andavam como pasmados.”), Said Ali mostra que o reconhecimento dessas relações de sentido envolve aspectos que escapam à materialidade do texto:

O segundo fato – ninguém reparou em mim – contradiz a expectativa que acompanhava a ação de entrar. Querendo significar explicitamente esta contradição, o autor poria no rosto da segunda sentença a adversativa *mas*. E esclarecendo afinal a causa do inesperado acontecimento, servir-se-ia da partícula *porque* como introdução a *todos andavam como pasmados*. (SAID ALI, 1964, p. 218-19).

Said Ali revela nesse comentário uma novidade na maneira de abordar a apreensão do sentido que atravessa o texto. É uma novidade que, no entanto, infelizmente, não teve seguidores no período subsequente da formação do pensamento gramatical brasileiro. E que novidade é essa? É a menção da expectativa do enunciador (ele esperava ser notado), como fundamento para o valor adversativo da proposição *ninguém reparou em mim* e a possibilidade de aí ocorrer a conjunção *mas*. A explicação corrente nas gramáticas é que o conteúdo da oração adversativa se contrapõe ao conteúdo da oração precedente. Nem sempre é isso que acontece; a conjunção ‘mas’ tem uma íntima relação com os propósitos argumentativos da enunciação, como servir para negar uma inferência ou contrariar uma expectativa. Ao recorrer a essa explicação, Said Ali antecipa a abordagem da teoria da enunciação ou da semântica argumentativa.

Voltando à citação sobre a possível falta de nitidez entre coordenação e subordinação, examino mais detalhadamente a lição que

Said Ali nos deixou sobre a expressão da causalidade e a instável diferença entre sua configuração subordinativa e sua manifestação coordenativa. Said Ali é explícito tanto na Gramática Histórica quanto na Gramática Secundária. Eis o que se lê na primeira:

Dá-se parataxe quando a uma proposição inicial se acrescenta proposição copulativa, adversativa ou disjuntiva, que se reconhecem ou pela presença de partícula característica ou pelo sentido (construção assindética). Dá-se ainda o mesmo fenômeno se a segunda oração é causal, e se usa, sem conjunção ou com a partícula porque, tendo esta o sentido do francês *car*, inglês *for*, alemão *denn*; quer isto dizer, a proposição causal constituirá um pensamento à parte, podendo haver uma pausa forte entre ela e a proposição inicial. Se porém existe união mais íntima, e porque corresponde a francês *parce que*, inglês *because*, alemão *weil*, a oração causal figura como subordinada. (SAID ALI, 1964, p. 273).

É notável que Said Ali não empregou o termo ‘explicativas’ para nomear as orações coordenadas de causalidade. O termo ‘explicativas’ era empregado por outros autores com sentido diferente, todos inspirados, talvez, em Soares Barbosa, que chama ‘conjunções explicativas’ palavras/expressões “que ligam proposições que fazem em substância o mesmo sentido, indicando aquela que desenvolve ou exemplifica a primeira” (SOARES BARBOSA, 1822, p. 247). Cita *a saber, isto é, principalmente, bem como, assim também*.

Já na *Gramática Secundária* se lê o seguinte: “Chama-se proposição CAUSAL a coordenativa que dá a razão de uma asserção, pedido, exortação ou desejo. Conjunção própria para indicá-la é *porque*. Pode-se usar, às vezes, em lugar desta partícula, *porquanto, pois, por isso que, que*.” (SAID ALI, 1964 p. 134).

Esta citação traz o conceito de conjunção coordenativa causal e define o papel da respectiva oração coordenada: a oração coordenada fornece a razão de uma asserção, pedido, exortação ou desejo expressos na oração precedente. Ou seja, a oração coordenada causal não é portadora da causa do que se declara (esse é o papel das orações

subordinadas causais), mas da razão do ato declarativo, isto é, o que atua na mente do enunciador levando-o a dizer o que diz. Trata-se de uma *causal de enunciação*, como a chamam teóricos modernos. Ou seja, o motivo do *ato de fala*, para usar a expressão corrente nos estudos de pragmática inspirados na Filosofia Analítica, que tem em John Searle, citado no início destas reflexões, um dos representantes mais conhecidos no Brasil.

A distinção defendida por Said Ali seria incorporada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, em vigor desde 1959, sob a denominação de conjunções subordinativas causais e conjunções coordenativas explicativas. Frise-se, contudo, o seguinte detalhe: embora a nomenclatura oficial – NGB – a tenha acolhido, –, as gramáticas escolares jamais refletiram o genuíno pensamento de Manuel Said Ali. Diversos estudos contemporâneos trazem análises minuciosas sobre essa diferença, ratificando a intuição do velho mestre (NEVES, 1999; NEVES, 2000; LOPES, 2012; AMORIM, 2017). Reservo um destaque para o trabalho – creio que pioneiro no Brasil – intitulado ‘Da distinção entre orações coordenadas explicativas e orações subordinadas adverbiais causais: uma questão sintática, semântica ou pragmática’, do linguista Luiz Carlos Travaglia. Este estudo tem ainda o mérito de ser o único, dentre os aqui referidos, que cita a *Gramática Secundária* de Said Ali.

Para finalizar, transcrevo uma passagem de uma linguista contemporânea, Eve Sweetser, em que vislumbro afinidades com aspectos da linguagem que mobilizaram o espírito sempre inquieto Said Ali já nas primeiras décadas do século passado.

Language is systematically grounded in human cognition, and cognitive linguistics seeks to show exactly how. (...) This study will make use of such a cognitive approach to meaning, and show that it can account in a unified fashion for facts in three diverse areas: polysemy; lexical semantic change; and pragmatic ambiguity. All of these areas have in common the fact that they involve one form being used for more than one function. (SWEETSER, 1998, p.1)¹

Muitos dos ensaios reunidos em *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* e em *Estudos Filológicos* têm esse perfil. Ao longo de toda a sua vida de pesquisador, Said Ali fez exatamente isso: abordar a polissemia, a mudança semântica no léxico e a ambiguidade pragmática para enriquecer as considerações e as explicações sobre o funcionamento da linguagem humana.

Referências

AMORIM, Fabrício da Silva: Orações causais com porque: forma, função e diacronia. **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 27, n. 55, p. 135-158, 2o número 2017.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. **Princípios de linguística geral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Padrão, 1977.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. (1961) Said Ali e a língua portuguesa. In: UCHOA, C. A. F. (org.) **Dispersos**. Nova ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, pp. 223-226.

ELIA, Sílvio. Os estudos filológicos no Brasil. In: ELIA, Sílvio. **Ensaio de filologia e linguística**. Rio de Janeiro: Grifo-MEC, 1975.

LIMA, Carlos H. da Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 8 ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia., 1962.

LIMA, Mário Pereira de Souza. **Grammatica expositiva da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

LOPES, Ana Cristina Macário. Contributos para uma análise semântico-pragmática das causais de enunciação no português europeu contemporâneo. **Alfa**, São Paulo, 56 (2): 451-468, 2012.

MACIEL, Maximino de Araujo. (1894) **Grammatica Descriptiva**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1910.

NASCENTES, A. (1939) A Filologia Portuguesa no Brasil. In: NETO, R. B. (org.). **Estudos filológicos**. Volume Dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003, pp. 186-204.

NEVES, Maria Helena de Moura. NEVES, Maria H. de Moura. (org.). **Gramática do português falado**. Vol. VII. SP: Editora da Unicamp, 1999, pp 461-496.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RIBEIRO, Julio. **Procelaria**. Abril de 1887.

- RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1887.
- SAID ALI, Manuel. **Meios de expressão e alterações semânticas**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1930.
- SAID ALI, Manuel. **Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa**. Edição revista e atualizada. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1964.
- SAID ALI, Manuel. **Investigações filológicas**. Edição comentada e prefaciada por Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Grifo / Instituto Nacional do Livro, 1975.
- SEARLE, John. [1975]. **Expressão e significado**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SWEETSER, Eve E. **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- SILVA Jr., P.; ANDRADE, L. **Grammatica da lingua portugueza**. São Paulo: Livraria Clássica de Alves & C., 1887.
- BARBOSA, J.S. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem**. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Da distinção entre orações coordenadas explicativas e orações subordinadas adverbiais causais: uma questão sintática, semântica ou pragmática. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 241-286, 1986.

Notas

* Doutor em Letras pela UFRJ e pós-doutor pelo LAEL da PUC-SP. Docente aposentado da FL/UFRJ e IL/UERJ. Foi bolsista do programa Prociência (FAPERJ-UERJ) e Pesquisador 2 do CNPq por nove anos. Coordenou o Mestrado em Língua Portuguesa da UERJ no biênio 1999-2000 e organizou os volumes Língua Portuguesa em Debate (Vozes: 2000) e Letras e Comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa (Vozes: 2001). Obras publicadas: Iniciação à sintaxe do português (J. Zahar/1990), Fundamentos de gramática do português (J. Zahar/2000), Ensino de Português: fundamentos, percursos, objetos (J.Zahar/2007), Dicionário Houaiss de conjugação de verbos (Publifolha/2012), A linguística, o texto e o ensino da língua (Parábola/2018), Gramática Houaiss da Língua Portuguesa (Parábola, 2021).

¹ Tradução minha: “A linguagem é sistematicamente baseada na cognição humana, e a linguística cognitiva busca mostrar exatamente como. (...) Este estudo adotará tal

abordagem cognitiva do significado, mostrando que ela pode explicar fatos, de forma unificada, em três áreas diversas: polissemia, mudança semântica no léxico e ambiguidade pragmática. Todas essas áreas têm em comum o fato de envolverem uma forma utilizada para mais de uma função.”